

PORTUGAL, UM PARCEIRO EFECTIVO DE TIMOR-LESTE

*Rui Machete**

Resumo: O advir de Timor-Leste como país independente foi uma das grandes causas justas do final do século XX e dealbar do século XXI e novo milénio, a qual, graças a um esforço profundo, determinado e persistente, em primeiro lugar dos próprios timorenses, mas também de Portugal e de vários outros membros empenhados da comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas, logrou atingir as suas legítimas aspirações.

Portugal e os portugueses em geral, têm sido, desde a primeira hora, convictos e activos – senão mesmo apaixonados – promotores e defensores da causa timorense, tanto no seu caminho para a libertação e independência, que tem como marco principal o referendo de 30 de Agosto de 1999, como desde a histórica criação da República Democrática de Timor-Leste, a 20 de Maio de 2002. As múltiplas iniciativas e demonstrações de solidariedade do povo português no contexto do processo que conduziu à independência de Timor-Leste disso são inequívoca expressão.

Apoiamos hoje em dia, com idêntico afinco, um país independente e soberano, num estreito relacionamento enraizado em afecto e amizade mútuos, mas simultaneamente consubstanciado em estreitos e dinâmicos laços de cooperação em várias áreas com a vocação de contribuir, da melhor forma possível, para apoiar Timor-Leste no seu caminho para o pleno desenvolvimento.

O advir de Timor-Leste como país independente foi uma das grandes causas justas do final do século XX e dealbar do século XXI e novo milénio, a qual, graças a um esforço profundo, determinado e persistente, em primeiro lugar dos próprios timorenses, mas também de Portugal e de vários outros membros empenhados da comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas, logrou atingir as suas legítimas aspirações.

* Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Portugal e os portugueses em geral, têm sido, desde a primeira hora, convictos e activos – senão mesmo apaixonados – promotores e defensores da causa timorense, tanto no seu caminho para a libertação e independência, que tem como marco principal o referendo de 30 de Agosto de 1999, como desde a histórica criação da República Democrática de Timor-Leste, a 20 de Maio de 2002. As múltiplas iniciativas e demonstrações de solidariedade do povo português no contexto do processo que conduziu à independência de Timor-Leste disso são inequívoca expressão.

Apoiámos os timorenses na luta pela autodeterminação, e, depois, no rescaldo desta, na assistência humanitária de emergência, com apoio desinteressado à promoção da estabilidade social do novo país e à criação de condições para um desenvolvimento integrado e estável, quer político, económico ou social. Apoiamos hoje em dia, com idêntico afincio, um país plenamente independente, com objectivos e prioridades próprias de um Estado soberano.

O ano de 2015 é particularmente simbólico na nossa História comum, com a comemoração dos 500 anos da chegada dos primeiros navegadores e missionários portugueses a Lifau e dos pioneiros contactos entre portugueses e timorenses. E é com muito gosto que me associo a esta evocação através deste artigo.

Treze anos volvidos desde a independência de Timor-Leste e mais de dois anos após a saída das Nações Unidas (da UNMIT) em Dezembro de 2012, é também certamente um momento oportuno e acertado para, portugueses e timorenses, olharmos para o futuro das nossas relações e em objectivos para prosseguir a sua intensificação.

Portugal é, desde a independência de Timor-Leste, um parceiro efectivo e presente, plenamente empenhado no seu relacionamento com os timorenses, um interlocutor privilegiado com que contam no seio da UE e um parceiro na CPLP.

Existe entre os Governos e as administrações dos dois países um estreito e assíduo relacionamento, como o ilustram, num passado mais recente, e a título de exemplo, a visita de Estado do Presidente Aníbal Cavaco Silva a Timor-Leste, em Maio de 2012, retribuída pela visita do Presidente Taur Matan Kuak a Portugal, em Setembro de 2013. Em 2014, o então Primeiro-Ministro Xanana Gusmão realizou, no mês de Fevereiro, uma visita oficial a Portugal e outra em Maio, na qualidade de Ministro da Defesa. Também em 2014 o Primeiro-Minis-

tro Pedro Passos Coelho efectuou uma visita oficial a Timor-Leste, na qual o acompanhei, no seguimento da Cimeira da CPLP em Díli. Já em 2015, recebi, no começo de Julho, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Hernâni Coelho, na sua primeira deslocação a Portugal nessa qualidade.

Ao nível da **cooperação**, a nossa relação com Timor-Leste centrou-se, desde o começo, no apoio à criação e desenvolvimento das instituições básicas do Estado, nomeadamente nos sistemas eleitoral e político, na organização judicial e nos modelos das forças armadas e de segurança.

A capacitação das instituições timorenses, com particular incidência nas áreas estruturantes da governação, como a Educação, a Justiça e a Segurança interna, tem sido um dos pilares do nosso relacionamento, recorrendo frequentemente as autoridades timorenses à colaboração portuguesa, designadamente para a formação dos seus recursos humanos, funções de assessoria técnica e dotação de outros meios técnicos.

Na programação da sua cooperação bilateral, Portugal tem sempre procurado alinhar as suas iniciativas com as prioridades definidas pelo Governo timorense, tendo também em conta a mais-valia da cooperação portuguesa e a articulação com outros doadores.

O Programa Estratégico de Cooperação (PEC) entre Portugal e Timor-Leste para 2014-2017 obedece a esse objectivo, porquanto teve em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 de Timor-Leste, bem como o processo de implementação para o envolvimento da Comunidade Internacional no apoio aos Estados Frágeis ('New Deal').

Paralelamente, no quadro da programação do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), Portugal está empenhado em trabalhar com a UE e as autoridades timorenses, bem como outros doadores, na identificação e concretização de acções a desenvolver, nomeadamente as que prosseguem e reforçam as intervenções em curso na área do Estado de Direito. É de realçar ainda, neste contexto, que Portugal continuará a implementar em Timor-Leste os projectos financiados pelo FED na modalidade de cooperação delegada, nas áreas da Justiça, do desenvolvimento rural, das alterações climáticas e da comunicação social.

A **Educação e a Língua** é uma das áreas principais na cooperação entre os dois países. O ensino da língua portuguesa em Timor-Leste é para ambos os países uma prioridade, razão pela qual a cooperação portuguesa está presente em vários níveis de ensino, numa lógica de apoio à estruturação e reforço do sistema educativo e das suas instituições, à formação científica e pedagógica de professores, bem como à reforma dos *curricula* e materiais de apoio.

O estatuto do português como língua oficial resultou de uma escolha cultural e política de Timor-Leste, inscrita na sua Constituição, que define dois idiomas oficiais, o tétum e o português, afirmando e confirmando o lugar do país na comunidade lusófona, e contribuindo para diferenciação do país relativamente aos seus vizinhos.

A cooperação portuguesa tem apoiado a estruturação e o reforço do sistema educativo e a formação científica e pedagógica de professores. Este é o trabalho que pretendemos continuar a fazer em Timor-Leste, com o objectivo de promover a Língua Portuguesa enquanto instrumento de desenvolvimento do país.

As **relações económicas bilaterais** têm vindo a intensificar-se, mas mantêm-se ainda aquém das suas reais potencialidades.

Estamos empenhados em fortalecer este relacionamento, identificando novas formas de cooperação, oportunidades de investimento e a promoção de parcerias que possam potenciar o desenvolvimento socioeconómico dos dois países.

O comércio bilateral de bens tem aumentado – em média, cerca de 4% ao ano desde 2002 – e vislumbram-se interessantes perspectivas de trabalho e investimento em vários sectores, tais como turismo, imobiliário, construção civil, agroindustrial e energias renováveis, onde julgamos que a experiência e conhecimentos das empresas portuguesas constituirão uma segura mais-valia para o desenvolvimento da economia timorense.

Várias empresas portuguesas têm já uma presença importante em Timor-Leste, onde continuam a ser muito bem recebidas e algumas delas têm desempenhado um papel relevante na reestruturação do sector do Estado e das suas infraestruturas básicas.

E estou confiante que a abertura da delegação da AICEP em Díli constituirá também uma forma de fortalecermos o nosso relacionamento a este nível.

Portugal e Timor-Leste partilham também interesses na questão dos **Oceanos** e da sustentabilidade da exploração dos recursos marinhos, existindo por isso um imenso potencial para o reforço da cooperação entre os dois países na área dos assuntos do mar, incluindo em diversos sectores ligados à economia do mar.

Um dos eixos no relacionamento entre Portugal e Timor-Leste assenta, naturalmente, na **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** (CPLP), organização que com a entrada de Timor-Leste passou a contar em cada continente com pelo menos um país membro e com a qual os timorenses têm uma identidade cultural, linguística e de afectos, mas também de potencialidades e de naturais interesses económicos.

Vimos com particular satisfação a iniciativa de Timor-Leste de assumir a Presidência rotativa da CPLP, desde Julho de 2014, um marco importante para o país, nomeadamente como factor de prestígio e projecção internacional, e para a própria Comunidade.

É de destacar o empenho que o Governo timorense tem demonstrado na sua condução da Presidência da CPLP, numa altura particularmente importante, em que a organização procede a uma reflexão sobre os novos desafios a enfrentar quando se aproxima de duas décadas de existência.

Portugal tem também, por outro lado, defendido a plena integração de Timor-Leste na sua região da Ásia do Sudeste, e apoiado a candidatura timorense à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), um assunto que temos suscitado nos nossos contactos bilaterais com países com peso na matéria. Uma adesão de Timor-Leste à ASEAN poderá também trazer, certamente, um valor acrescentado àquela organização, nomeadamente pelo estabelecimento de uma ‘ponte’ entre esta e a CPLP, permitindo o aprofundamento das relações entre ambas.

Em síntese, Portugal tem sido um aliado constante de Timor-Leste. Assim o foi durante o período da ocupação indonésia e até à realização do referendo que conduziu à sua independência, tendo todos os Governos de Portugal pugnado, na qualidade de potência administrante *de jure*, pelo direito do povo timorense à autodeterminação. Após a independência, Portugal empenhou-se, e prossegue absolutamente empenhado, através de uma cooperação presente e activa em várias áreas, no apoio ao pleno desenvolvimento de Timor-Leste.